

Luís Manoel Borges do Vale

**Precedentes Vinculantes no
Processo Civil Brasileiro e a
Razoável Duração do Processo**



Rio de Janeiro
2019

1ª edição – 2019

© Copyright
Luís Manoel Borges do Vale

Presidente do Conselho Editorial
Nelson Nery Costa

Diagramação
Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

V243p

Vale, Luís Manoel Borges do
Precedentes vinculantes no processo civil brasileiro e a razoável duração
do processo / Luís Manoel Borges do Vale. - 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo
Jurídico, 2019.

192 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-9524-060-5

1. Precedentes judiciais - Brasil. 2. Processo civil - Brasil. I. Título.

19-56185

CDU: 347.91/.95(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – Sala 202 – 2º andar – Centro
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>Agradecimento</i>	VII
<i>Apresentação</i>	IX
<i>Prefácio</i>	XI
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO PRECEDENTE JUDICIAL.....	5
2.1. Conceito de precedente judicial. Diferenciação entre precedente judicial e institutos afins.....	5
2.1.1. A importância dos conceitos, no bojo da ciência do direito.....	5
2.1.2. Da adequada compreensão acerca dos conceitos lógico-jurídicos e jurídicos-positivos.....	7
2.1.3. O conceito de precedente judicial e sua inserção no plano jurídico-positivo.....	12
2.1.4. Distinção entre precedente, jurisprudência, súmula e ementa.....	18
2.2. Natureza jurídica do precedente judicial.	24
2.2.1. A possibilidade de ocorrência dos chamados fatos jurídicos processuais.....	24
2.2.2. A natureza jurídica do precedente judicial à luz da teoria do fato jurídico.....	27
2.2.3. O precedente judicial sob o ponto de vista normativo.....	29
3. ASPECTOS GERAIS DA TEORIA DOS PRECEDENTES.	33
3.1. Análise da teoria dos precedentes nas tradições de <i>Civil Law</i> e <i>Common Law</i>	33
3.2. Ainda sobre a influência da tradição de common law, no sistema jurídico brasileiro.....	40
3.3. O papel do juiz, das partes e dos advogados, na construção do precedente judicial.	43
3.4. A classificação dos precedentes judiciais.....	49
3.5. A forma de aplicação e afastamento dos precedentes.....	56
3.6. Vantagens e desvantagens da aplicação dos precedentes vinculantes.	64
3.6.1. Precedente vinculante e igualdade.....	64
3.6.2. Segurança jurídica e precedentes vinculantes.....	68
3.6.3. Precedentes vinculantes e efetividade processual.....	71
3.6.4. Precedentes vinculantes e independência dos juízes.....	73
3.6.5. Precedentes vinculantes e engessamento do direito.....	75
3.6.6. Precedentes vinculantes e princípio da separação dos poderes.....	77
3.7. Os precedentes judiciais no direito brasileiro.....	79

4. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	83
4.1. evolução histórica.....	83
4.1.1. Histórico da duração razoável do processo, no direito brasileiro.....	88
4.2. Delimitação do conceito, extensão e aplicabilidade.	90
4.3. Critérios para a verificação do vergaste à razoável duração do processo.....	99
4.4. Da responsabilidade do estado por violação à razoável duração do processo.....	109
4.5. A razoável duração do processo enquanto direito fundamental.....	111
5. PRECEDENTES VINCULANTES, NO DIREITO BRASILEIRO, E DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.....	115
5.1. Relação entre os precedentes vinculantes e maior efetividade dos direitos fundamentais.	115
5.2. Precedente vinculante e efetivação da razoável duração do processo: premissa inafastável?	126
5.3. A relação entre precedente vinculante e a razoável duração do processo e as perspectivas futuras à luz do código de processo civil de 2015.	146
6. CONCLUSÃO.....	157
7. REFERÊNCIAS.....	161